

Da educação, do carácter cultivável, exercitável e corrigível do gosto e do carácter aguçável da faculdade do juízo — a actualidade da (utopia) estética de Kant

João Lemos

Da educação, do carácter cultivável, exercitável e corrigível do gosto e do carácter aguçável da faculdade do juízo – a actualidade da (utopia) estética de Kant

João Lemos

I.

Uma primeira mas atenta leitura da *Crítica da Faculdade do Juízo*¹, de Immanuel Kant, permite-nos concluir que o gosto reivindica autonomia (cf. §32), que o juízo originário da faculdade de juízo estética é livre (cf. §59) e que a beleza não pode ser objecto de uma ciência (cf. §60). De facto, na §32, o nosso autor afirma que «[o] gosto reivindica simplesmente autonomia ([d]er Geschmack macht bloß auf Autonomie Anspruch)» (§32). Essa afirmação é reforçada nas secções seguintes (§33 e §34). O prazer que

1 As citações que fazemos do texto de Kant são retiradas da sua tradução para Língua Portuguesa realizada por António Marques e Valério Rohden e editada em 1998 pela Imprensa Nacional/Casa da Moeda. No nosso texto optamos por indicar a secção da Crítica a que pertence cada passagem que transcrevemos.

aquele que ajuíza tem por ocasião da representação do objecto é um prazer imediato; logo, não é através de um argumento, seja esse um argumento empírico ou um argumento a priori, que ele o sente. O fundamento do juízo de gosto é a «reflexão do sujeito sobre o seu próprio estado (de prazer ou desprazer), com rejeição de todos os preceitos e regras (*Reflexion des Subjekts über seinen eigenen Zustand (der Lust oder Unlust) mit Abweisung aller Vorschriften und Regeln*)» (§34). Na §44, Kant sustenta a tese segundo a qual não pode haver uma ciência do belo². Entretanto, nas §58 e §59, o nosso autor assinala, respectivamente, que o juízo de gosto é «livre (frei)» e tem «autonomia por fundamento (*Autonomie zum Grunde*)» (§58) e que a faculdade do gosto «dá a si própria a lei com respeito aos objectos de um comprazimento tão puro, assim como a razão o faz com respeito à faculdade da apetição (*gibt in Ansehung der Gegenstände eines so reinen Wohlgefallens ihr selbst das Gesetz, so wie die Vernunft es in Ansehung des Begehrungsvermögens tut*)» (§59).

Aquilo que desde já devemos ressaltar, porém, é que nem todos aqueles que são dotados de gosto estão nas mesmas condições para ajuizar

2 Nessa secção, Kant diz apenas que «[n]ão há (*[e]s gibt weder*)» uma tal ciência, assim como não há «uma ciência bela (*noch schöne Wissenschaft*)» (§44). Veja-se, no entanto, a sua justificação: se houvesse uma ciência do belo, «deveria então ser decidido nela cientificamente, isto é por argumentos, se algo deve ser tido por belo ou não; portanto se o juízo sobre a beleza pertencesse à ciência, ele não seria nenhum juízo de gosto (*so würde in ihr wissenschaftlich, d. i. durch Beweisgründe, ausgemacht werden sollen, ob etwas für schön zu halten sei oder nicht; das Urteil über Schönheit würde also, wenn es zur Wissenschaft gehörte, kein Geschmacksurteil sein*)» (§44). Por essa razão, não só não há, como também não pode haver uma ciência do belo. É exactamente isso que Kant salienta na §60: «não há nem pode haver uma ciência do belo (*es keine Wissenschaft des Schönen gibt noch geben kann*)» (§60).

– ou ajuizar correctamente – uma obra de arte como bela. No “Terceiro momento do juízo de gosto, segundo a relação dos fins que neles é considerada”, Kant indica que o gosto é cultivado. Fá-lo na §14, ao mencionar a «cultura (*Kultur*)» do gosto (§14). Na mesma secção, o nosso autor refere um gosto «autêntico, incorrompido e sólido (*echten, unbestochenen, gründlichen*)» e sugere diferentes fases do gosto, por exemplo aquela na qual ele é «ainda rude e não exercitado (*noch roh und ungeübt*)», é «ainda fraco e não exercitado (*schwach und ungeübt*)» (§14)³. O gosto (a faculdade de juízo estética) é, então, uma faculdade cultivável e exercitável⁴. Entretanto, na §48, Kant acrescenta que o gosto é «exercitado e corrigido através de diversos exemplos da arte ou da natureza (*durch mancherlei Beispiele der Kunst oder der Natur geübt und berichtigt*)» (§48). Essa afirmação vai ao encontro de uma outra, proferida no fecho da §32:

entre todas as faculdades e talentos o gosto é aquele que, porque o seu juízo não é determinável mediante conceitos e preceitos, maximamente precisa de exemplos daquilo que na evolução da cultura durante maior tempo recebeu aprovação, para não se tornar logo de novo grosseiro e recair na rudeza das primeiras tentativas (*unter allen Vermögen und Talenten ist der Geschmack gerade dasjenige, welches, weil sein Urteil nicht durch Begriffe und Vorschriften bestimmbar ist, am meisten der Beispiele dessen, was sich im Fortgange der Kultur am längsten in Beifall erhalten hat, bedürftig ist, um nicht bald wieder ungeschlacht zu werden und in die Rohigkeit der ersten Versuche zurückzufallen*) (§32).

3 Tal vai ao encontro da secção anterior, na qual Kant refere um gosto «ainda bárbaro (*noch barbarisch*)» (§13).

4 A afirmação de um gosto que se desenvolve não é uma novidade da *Crítica da Faculdade do Juízo*. Em *O Belo e o Sublime*, Kant refere um «gosto que por vezes se afina» (Kant, 1943, 60). Esse gosto, inicialmente «rude» (Kant, 1943: 60), pode transformar-se num «gosto muito apurado» (Kant, 1943: 63).

Em primeiro lugar, importa salientar que o gosto é uma faculdade cultivável, exercitável e corrigível; em segundo, que o gosto é cultivável, exercitável e corrigível através de exemplos e que é enquanto faculdade cujo fundamento de determinação é um sentimento, não um conceito ou um preceito, que o gosto mais precisa de exemplos⁵; finalmente, deve ser assinalado que os exemplos daquilo que na evolução da cultura durante maior tempo recebeu aprovação são os objectos referidos nas ciências mencionadas por Kant na §44, a saber, o conhecimento de línguas antigas, o conhecimento literário de autores que são considerados clássicos, a história ou, entre outros, o conhecimento das antiguidades (cf. §44). As habitual mas equivocadamente chamadas ciências belas podem, então, contribuir para o gosto enquanto faculdade de juízo estética de que cada indivíduo é dotado, para o cultivo dessa faculdade em cada indivíduo, para o seu exercitamento e para a sua correcção.

5 A propósito da noção de *exemplo* – ou, melhor, a propósito das noções de *Exempel* e *Beispiel*, traduzidas para Português através do termo “exemplo” – é de observar a distinção identificada por Fernando Gil. Sem prejuízo da admissão de que Kant «não é sempre fiel ao princípio da distinção», e notando que «a existência, em alemão, de um só adjetivo, *exemplarisch*, para os dois nomes do exemplo presta à confusão» (Gil, 1998: 267), Gil considera que, enquanto *Exempel* «está ligado à exemplificação entendida como simples instanciação de uma regra geral, como “caso particular” da regra», tratando-se, portanto, «somente de uma quantificação existencial, sem qualquer acréscimo de inteligibilidade relativamente à regra», *Beispiel*, diferentemente, «não representa a instanciação de uma regra», tratando-se «antes a invenção de um modelo» (Gil, 1998: 266–267). Nesse sentido, o *Beispiel* é «introduzido» (o verbo é *anführen*) – isto é, produzido, comparado com outros exemplos possíveis» (Gil, 1998: 266). Ele está estreitamente ligado ao objectivo de «contribuir para a “compreensão de uma expressão” (*zur Verständlichkeit eines Ausdrucks*)», e por isso é requerido «quando há um défice de compreensão» (Gil, 1998: 266–267).

II.

Em face dos dois conjuntos de teses que acabámos de enunciar, a questão que se coloca é a de saber se e como pode uma faculdade que reivindica autonomia necessitar de exemplos fornecidos por certos campos científicos para se cultivar, exercitar e corrigir. Trata-se de uma questão dupla: há que averiguar, em primeiro lugar, se as ciências históricas referidas por Kant podem contribuir para uma faculdade que reivindica simplesmente autonomia (o gosto); no caso de a resposta a essa parte da questão ser afirmativa, há que descobrir em que medida poderão tais ciências contribuir para o cultivo, o exercitamento e a correcção dessa faculdade.

À primeira parte da questão responde-se ressaltando que a afirmação segundo a qual o gosto reivindica simplesmente autonomia não impede que aquele que ajuíza tenha em conta o conhecimento que possui de línguas antigas, o conhecimento literário de autores clássicos, a história e o conhecimento das antiguidades, entre outros. Não é necessariamente que há contradição entre essa tese e a possibilidade de aquele que ajuíza ter em conta objectos que ao longo da história foram ou têm vindo a ser considerados belos, coisas que foram ou têm vindo a ser consideradas exemplos de beleza. Só há contradição se o facto de esses objectos terem sido ou terem vindo a ser considerados exemplos de beleza for o fundamento em que aquele que os ajuíza se baseia para os ajuizar como belos. No juízo de gosto, esse não é, contudo, o caso.

O facto de tais objectos terem sido ou terem vindo a ser considerados exemplos de beleza deve servir – e assim iniciamos a resposta à segunda parte da questão – tão-somente de incentivo a que aquele que ajuíza procure e encontre mais facilmente em si os princípios do gosto, o que seria mais difícil se ele ajuizasse a partir de uma índole bruta, grosseira e rude. Note-se que, na secção na qual indica que a faculdade de juízo estética reivindica simplesmente autonomia, Kant acrescenta que

[n]ão há absolutamente nenhum uso das nossas forças, por livre que ele possa ser, e mesmo da razão [que tem de haurir todos os seus juízos da fonte comum a priori] que não incidiria em falsas tentativas se cada sujeito sempre devesse começar totalmente da disposição bruta da sua índole, se outros não o tivessem precedido com as suas tentativas, não para fazer dos seus sucessores simples imitadores, mas para pôr outros a caminho pelo seu procedimento, afim de procurarem em si próprios os princípios e assim tomarem o seu caminho próprio e frequentemente melhor ([e]s gibt gar keinen Gebrauch unserer Kräfte, so frei er auch sein mag, und selbst der Vernunft (die alle ihre Urteile aus der gemeinschaftlichen Quelle a priori schöpfen muss), welches, wenn jedes Subjekt immer gänzlich von der rohen Anlage seines Naturells anfangen sollte, nicht in fehlerhafte Versuche geraten würde, wenn nicht andere mit den ihrigen ihm vorgegangen wären, nicht um die Nachfolgenden zu bloßen Nachahmern zu machen, sondern durch ihr Verfahren andere auf die Spur zu bringen, um die Prinzipien in sich selbst zu suchen und so ihren eigenen, oft besseren Gang zu nehmen) (§32).

Procurar os princípios (die Prinzipien suchen) significa tentar descobrir em que se baseia um juízo – de maneira a que possa ajuizar-se fundamentando deliberadamente o juízo nesses princípios. Ora, as ciências referidas por Kant na §44, ao providenciarem àquele que ajuíza um conhecimento daquilo que foi ou tem vindo a ser considerado exemplo de beleza, convidam-no a ser o mais correcto possível no que concerne à maneira como ajuíza. Se ele não considerar belo um objecto, mas tiver conhecimento de que esse objecto foi ou tem vindo a ser considerado belo, então é possível – será mesmo plausível ou, até, provável – que ele hesite relativamente à correcção do seu juízo, isto é, que tenha dúvidas quanto àquilo no qual está a fundar o seu juízo. Na §33, Kant chama a atenção para essa possi-

bilidade, afirmando, primeiro, que «[s]e alguém não considera belo um edifício, uma vista, uma poesia, então ele (...) pode até começar a duvidar se também formou suficientemente o seu gosto pelo conhecimento de um número satisfatório de objectos de uma certa espécie ([w]enn jemand ein Gebäude, eine Aussicht, ein Gedicht nicht schön findet, so kann er sogar zu zweifeln anfangen, ob er seinen Geschmack durch Kenntnis einer genugsamen Menge von Gegenständen einer gewissen Art auch genug gebildet habe)» e, a seguir, que «[o] juízo de outros que nos é desfavorável na verdade pode com razão tornar-nos hesitantes com respeito ao nosso ([d]as uns ungünstige Urteil anderer kann uns zwar mit Recht in Ansehung des unsrigen bedenklich machen)» (§33). Esse juízo, desfavorável, pode tornar-nos hesitantes no que concerne ao nosso, precisamente enquanto pode levar a que questionemos se, de facto, estaremos a ajuizar segundo os princípios do gosto. O conhecimento de um número satisfatório de objectos de uma certa espécie pode contribuir para o gosto precisamente na medida em que pode contribuir para que aquele que ajuíza se questione quanto à correcção do seu juízo, isto é, quanto ao fundamento, aos princípios, no qual o seu juízo se baseia – ou, por outras palavras, quanto a estar a proferir um juízo de gosto ou um juízo de outro tipo⁶.

6 É muito em especial neste contexto, de resto, que podemos compreender três teses de Kant. A primeira, da §44, é aquela segundo a qual «para a bela arte em sua inteira perfeição se requer muita ciência (es werde zur schönen Kunst in ihrer ganzen Vollkommenheit viel Wissenschaft erfordert)» e as equivocadamente chamadas ciências belas constituem «a preparação necessária e a base para a bela arte (zur schönen Kunst die notwendige Vorbereitung und Grundlage)» (§44). Ao evidenciarmos a importância dessas ciências para a faculdade de juízo estética e, mais geralmente, para a faculdade do juízo na sua totalidade, indicamos a sua importância para o artista genial. Ajudada a faculdade do juízo daquele que é dotado de génio, eventualmente tendo ele passado

de discípulo, de aprendiz, a mestre, estará mais capacitado para deliberadamente ajuizar de modo correcto e, assim, correctamente avaliar a sua própria obra. A segunda tese que podemos compreender no contexto da nossa exposição é aquela, da §60, de acordo com a qual «[a] propedêutica a toda a bela arte, na medida em que está disposta para o mais alto grau da sua perfeição, não parece encontrar-se em preceitos, mas na cultura das faculdades do ânimo através daqueles conhecimentos prévios que se chamam *humaniora* ([d]ie Propädeutik zu aller schönen Kunst, sofern es auf den höchsten Grad ihrer Vollkommenheit angelegt ist, scheint nicht in Vorschriften, sondern in der Kultur der Gemütskräfte durch diejenigen Vorkenntnisse zu liegen, welche man *humaniora* nennt)» (§60). Ajudando a que aquele que ajuíza se questione quanto à correcção do seu juízo, isto é, quanto a estar a ajuizar através da faculdade adequada e considerando os princípios dessa faculdade, o conjunto de conhecimentos supracitado possibilita-lhe o aguçamento da sua capacidade de ajuizar e, por conseguinte, se ele, além de fruidor, é criador, um embelezamento da sua arte. Finalmente, naquilo que constitui uma chamada de atenção para a relação entre a estética e a moralidade, podemos compreender a tese, novamente da última secção da Crítica da Faculdade de Juízo Estética, segundo a qual «parece evidente que a verdadeira propedêutica para a fundação do gosto seja o desenvolvimento de ideias morais e a cultura do sentimento moral (*leuchtet ein, dass die wahre Propädeutik zur Gründung des Geschmacks die Entwicklung sittlicher Ideen und die Kultur des moralischen Gefühls sei*)» (§60). Na medida em que também no caso da moralidade se requer que o sujeito supere aquilo que meramente agrada aos sentidos e, portanto, que ele não se deixe levar por inclinações, nessa medida, o desenvolvimento de ideias morais e a cultura do sentimento moral podem ser úteis no encaminhamento daquele que ajuíza para a procura e descoberta em si mesmo dos princípios do gosto. O mesmo se passa – e, de resto, de maneira ainda mais clara – relativamente ao juízo acerca do sublime. Na medida em que o seu fundamento reside preci-

A resposta à nossa questão dupla afigura-se, assim, simples: os exemplos fornecidos pelas ciências mencionadas por Kant na §44 não determinam o juízo; eles servem unicamente de incentivo a que aquele que ajuíza procure em si os princípios do gosto –os objectos que constituem os conteúdos das referidas ciências funcionam como convite a que aquele que ajuíza tente descobrir em que se baseia efectivamente o seu juízo e aquilo no qual esse juízo deve basear-se.

III.

Não é unicamente para a faculdade de juízo estética, no entanto, que as ciências históricas citadas pelo nosso autor podem contribuir. Contribuindo para o gosto, elas contribuem, mais geralmente, para a faculdade do juízo na sua totalidade. Esta nossa chamada de atenção assenta numa passagem da já citada §32. Nessa passagem, Kant refere que, apesar de inicialmente «um jovem poeta não se [deixar] demover, nem pelo juízo do público nem pelo dos seus amigos, da persuasão de que sua poesia seja bela (*lässt sich ein junger Dichter von der Überredung, dass sein Gedicht schön sei, nicht durch das Urteil des Publikums, noch seiner Freunde abbringen*)», ele pode acabar por alterar o seu juízo – pode fazê-lo, nas palavras do nosso autor, «mais tarde, quando a sua faculdade do juízo tiver sido mais aguçada pelo exercício (*späterhin, wenn seine Urteilkraft durch Ausübung mehr geschärft worden*)» (§32)⁷.

samente «na disposição ao sentimento para ideias (práticas), isto é ao sentimento moral (*in der Anlage zum Gefühl für (praktische) Ideen, d. i. zu dem moralischen*)» (§29), a preparação para ajuizar acerca do sublime deverá consistir no desenvolvimento de ideias morais e na cultura do sentimento moral.

7 Como assinala Maria Filomena Molder, no artigo “O Juízo Estético em Kant como Educação Sentimental”: «eis que a apreciação estética se descobre susceptível de ser aperfeiçoada,

A faculdade do juízo é, ou, pelo menos, pode ser, *aguçada* (*geschärft*). Uma faculdade do juízo mais aguçada é uma faculdade do juízo mais preparada para proporcionar um juízo deliberadamente correcto (seja ele de gosto, seja ele de outro tipo) do que o é uma faculdade do juízo menos aguçada. Quanto ao *exercício* (*Ausübung*) que a aguça, esse exercício é qualquer um que possa contribuir para que aquele que ajuíza ajuíze através da faculdade de juízo adequada para a questão em causa e segundo os princípios dessa mesma faculdade. Se, por exemplo, a questão em causa for a de ajuizar se um objecto é belo, nesse caso ele tem de ajuizar através da faculdade de juízo estética (o gosto) e segundo os seus princípios. Ora, como acabámos de mostrar, para que tal aconteça deliberadamente pode ser útil o conhecimento de um número satisfatório de objectos de uma certa espécie, referido por Kant na §33, conhecimento que pode ser adquirido através das ciências citadas pelo nosso autor na §44. Esse conhecimento pode aguçar a faculdade do juízo – pode fazê-lo enquanto pode contribuir para que aquele que ajuíza procure em si próprio os princípios

capaz de afinação» (Molder, 2007: 381). É certo que «[a] autonomia, isto é, a indiferença à apreciação alheia, é a regra da apreciação estética», mas «[s]e a apreciação estética deve ser de cada vez autónoma, a fim de que o juízo seja verdadeiramente puro, isso não quer dizer que não haja possibilidade legítima de alteração, isso não impede a inversão do juízo» (Molder, 2007: 381). Referindo-se especificamente à passagem que acabámos de citar da *Crítica da Faculdade do Juízo*, Molder acrescenta que «a autonomia do juízo é integrada, e não ameaçada» e que «ela é mesmo vivificada no campo tensional baptizado como exercício, o elemento da *Ausübung*, cujos efeitos se mostram no gesto de colocar-se no caminho dos outros poetas» (Molder, 2007: 381). Assim, no entender de Molder, «é da *Ausübung*, do exercício, que deriva a legitimidade da mudança da apreciação», o que significa que «[s]e o jovem poeta se comprometer num verdadeiro exercício poético, então a mudança de opinião mostra-se legítima» (Molder, 2007: 382).

do gosto e descubra em que é que um juízo de gosto se baseia, por conseguinte na medida em que pode contribuir para que ele ajuíze de maneira deliberadamente correcta. Aquilo que se usa correcta ou incorrectamente é, num âmbito alargado, a faculdade do juízo. Cultivar, exercitar e corrigir o gosto significa, mais geralmente, aguçar a faculdade do juízo, de modo a que, quando se pretende ajuizar se um objecto é belo, se o faça através da faculdade de juízo estética (o gosto) e segundo os seus princípios.

É de notar, entretanto, que nem o facto de a faculdade do juízo ser algo que é aguçado, nem o facto de as ciências belas poderem ter importância para o proferimento do juízo de gosto, nenhum desses factos interfere na validade de que Kant tenta dotar a referida espécie de juízo. Se a ignorância quanto aos conteúdos das ciências mencionadas por Kant no §44 levar a que aqueles que os ignoram discordem dos que conhecem tais conteúdos, aquilo de que deveremos falar é não de uma discórdia patente em juízos de gosto, mas simplesmente de uma incorrecção, por parte de um dos grupos, na aplicação da faculdade do juízo. A diferença que um nível superior de desenvolvimento da faculdade do juízo pode fazer em relação a um nível inferior resume-se a uma eventual maior probabilidade de, quando pretende ajuizar se um objecto é belo, aquele que possui uma faculdade menos desenvolvida ajuizar através de algo que não o gosto e os princípios do gosto, o que constitui tão-só e apenas uma incorrecção quanto àquilo mediante o qual se ajuíza⁸.

8 Esta tese pode ser perspectivada como estando presente desde logo em *O Belo e o Sublime*, de 1764, ainda que noutros termos. Afirma Kant, aí, que «[q]ualquer que seja o género das sensações tam delicadas de que tratamos até aqui, sublimes ou belas, sofrem o destino comum de aparecerem como falsas e absurdas aos olhos de todo aquêlê cuja sensibilidade não concorda com elas» (Kant, 1943: 36). Tal acontece porque «[a]inda que não falte por completo uma sensibilidade apropriada, existem graus muito diferentes, e vê-se que um

encontra nobre e digno uma coisa que para outros é extravagante» (Kant, 1943: 37). Mas o que está em causa é sempre aquilo no qual o juízo é baseado. Daí o nosso autor acrescentar que «[n]ão se tem razão quando se acusa de não entender a quem não vê o valor ou a formosura do que nos comove ou encanta», pois «[t]rata-se aqui não tanto do que o entendimento compreende como do que o sentimento experimenta» (Kant, 1943: 38). Coerentemente, no texto *Investigação sobre a Clareza dos Princípios da Teologia Natural e da Moral*, também de 1764, Kant assinala que «[o]s erros (...) não decorrem unicamente do facto de não se saber certas coisas, mas de se ousar julgar, mesmo que ainda não se saiba tudo o que para tal seria necessário» (Kant, 2006: 87). A este propósito, é igualmente relevante fazer uma referência a Donald W. Crawford. Questionando-se acerca do lugar que a apresentação de razões poderá ter na teoria estética de Kant, Crawford propõe a possibilidade de discórdia relativamente à beleza de um objecto sem que os juízos em causa deixem de ser juízos de gosto. Segundo Crawford, essa discórdia parece ser «o resultado não do tipo de atenção errado ou da atitude (“impura” como oposta a “pura”, “interessada” como oposta a “desinteressada”), mas de uma atenção ou de um apercebimento incompleto das características esteticamente relevantes da obra a ser considerada» (Crawford, 1974: 168). Exemplificando, o comentador afirma que «alguém pode ter falhado em notar e incorporar nos fundamentos do seu juízo acerca da Nona Sinfonia de Beethoven a importante estrutura da abertura do movimento final – a justaposição do baixo de cordas recitativo com o tema principal de cada um dos movimentos precedentes em jogo, dando espaço a uma voz baixa recitativa e finalmente a uma afirmação completa do tema principal do movimento final» (Crawford, 1974: 168). No entanto, como o próprio Crawford bem acaba por sugerir, a discórdia pode ser meramente aparente – cada um dos juízes pode referir-se a um objecto diferente: «o “este” em cada um dos seus juízos de gosto refere-se a diferentes objectos de apercebimento» (Crawford, 1974: 168), não havendo, portanto, «uma base comum de juízo»,

IV.

Na proposta de comunicação que apresentámos ao III Encontro Ibérico de Estética fez-se evidente –esperamos– a nossa intenção de, explicitando e analisando –eventualmente adaptando e desenvolvendo– o duplo processo de cultivo, exercitamento e correcção do gosto e de aguçamento da faculdade do juízo, rever e revitalizar quer a importância da educação para a estética, quer a importância da estética na educação.

Cremos já ter tornado manifesto que se todos somos dotados para ajuizar, se nem todos estamos nas mesmas condições para ajuizar de uma maneira deliberadamente correcta e se o gosto é uma faculdade susceptível de cultivo, exercitamento e correcção, então importará educar o gosto, alimentá-lo, treiná-lo, afiná-lo –importará, por conseguinte, sempre que o que se pretender for o proferimento de juízos estéticos, tentar ajuizar esteticamente. É no processo de descoberta dos modos de ajuizar o urinol que descobrimos por que se chama ele *Fonte*.

Igualmente acreditamos ter ficado claro que tentar ajuizar esteticamente, alimentar, treinar, afinar o gosto, educar a faculdade de juízo estética, corresponde, mais geralmente, a aguçar a faculdade do juízo na sua totalidade. Trata-se sempre, em qualquer uso das nossas forças, e mesmo da razão, de procurar os princípios, de descobrir em que se baseia um juízo de maneira a que possa ajuizar-se fundamentando deliberadamente o juízo nesses princípios. Quando descobrimos que o urinol pode ser ajuizado como Fonte podemos descobrir que muitas outras coisas podem ser ajuizadas de muitos outros modos.

isto é, «um objecto comum (intersubjectivo) de experiência e por conseguinte de avaliação» (Crawford, 1974: 169). Citando S. Körner, diríamos que nestes casos há uma «falha para identificar o todo final, com o qual se é confrontado com alguma obra de arte cuja estrutura se nos desvenda apenas depois de muita atenção, trabalho e paciência» (Körner, 1984: 187-188).

Voltemos à passagem da *Investigação sobre a Clareza dos Princípios da Teologia Natural e da Moral*, de 1764: «[o]s erros (...) não decorrem unicamente do facto de não se saber certas coisas, mas de se ousar julgar, mesmo que ainda não se saiba tudo o que para tal seria necessário» (Kant, 2006: 87). Aquilo que mais nos interessa salientar a partir de uma extrapolação desta afirmação é a necessidade que aquele que ajuíza tem de saber como, de que modo, por intermédio de quê, deve ajuizar. Para o seu saber, e, consequentemente, para que ele melhor possa ajuizar, pode contribuir a alimentação, o treino, a afinação das suas faculdades. Deve ser recordado, neste contexto, que

[a] razão numa criatura é uma faculdade de ampliar as regras e intenções do uso de todas as suas forças muito além do instinto natural, e não conhece limites alguns para os seus projectos. Não actua, porém, instintivamente, mas precisa de tentativas, de exercício e aprendizagem, para avançar de modo gradual de um estágio do conhecimento para outro (Kant, 2004: 23).

As palavras são da *Ideia de uma História Universal com um Propósito Cosmopolita*, de 1784. No ano seguinte, na *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, a propósito das leis a priori, Kant assinala que elas

exigem, para além do mais, uma faculdade de juízo aguçada pela experiência que, por um lado, permita discernir em que situações elas se tornam aplicáveis e, por outro, lhes faculte um acesso à vontade humana e eficácia no seu exercício prático, pois que o homem, afectado como é por tantas inclinações, é bem capaz de conceber a ideia de uma razão pura, mas não terá tão facilmente o poder de a tornar eficaz in concreto no seu comportamento (Kant, 2003: 55).

Ainda na mesma obra, de resto, o nosso autor refere um «juízo amadurecido pela experiência e aguçado pela observação» (Kant, 2003: 75). A faculdade do juízo é uma faculdade passível de aguçamento; e o aguçamento da faculdade do juízo pode contribuir para o seu uso correcto, por conseguinte para o proferimento de juízos deliberadamente correctos, sejam eles de gosto ou de outro tipo. Ora, se o cultivo, o exercitamento e a correcção do gosto correspondem, num sentido alargado, ao aguçamento da faculdade do juízo, na sua totalidade, então estamos em condições de afirmar que a educação da faculdade de juízo estética, precisamente ao ser educação da faculdade do juízo na sua totalidade, pode contribuir para um melhor uso do juízo nos seus diferentes contextos. Assim se compreende que a estética –pelo menos enquanto tenha alguma coisa a ver com afecção, apreciação ou criação, beleza, gosto ou arte, e por aí em diante– possa ser pensada como podendo contribuir para a educação, seja no âmbito de uma teoria do conhecimento, de uma gno-seologia ou de uma epistemologia, ou mesmo de uma ontologia, seja no âmbito da ética, da moral ou –especialmente importante no contexto do nosso Encontro– no âmbito da política.

V.

Na Crítica da Razão Pura, Kant afirma que «a faculdade de julgar é um talento especial, que não pode de maneira nenhuma ser ensinado, apenas exercido» (Kant, 2001: 177) e que «[a]guçar a faculdade de julgar (...) é a grande e única utilidade dos exemplos» (Kant, 2001: 178).

Não obstante a razão precisar de tentativas, de exercício e aprendizagem, o juízo ser amadurecido pela experiência, a faculdade do juízo, na sua totalidade, ser aguçada por exemplos, facto é que se, como indica Kant na Observação que se segue à secção da terceira Crítica intitulada

Dedução dos juízos de gosto, «na faculdade de juízo lógica (...) se subsume em conceitos», diferentemente,

na faculdade de juízo estética se subsume numa relação – que meramente pode ser sentida – da faculdade da imaginação e do entendimento reciprocamente concordantes entre si na forma representada do objecto, em cujo caso a subsunção facilmente pode enganar (§38, Observação).

Ora, é precisamente essa a razão por que o gosto, entre todas as faculdades e talentos, maximamente precisa de exemplos. Já o assinalámos: «o seu juízo não é determinável mediante conceitos e preceitos» (§32).

Independentemente da quantidade e qualidade dos exemplos que possam ser oferecidos ao gosto, porém, parece ser muito mais fácil haver erros quando se trata de ajuizar esteticamente do que quando se trata de subsumir em conceitos, de subordinar o particular ao universal, de determinar. Quando se trata de proferir juízos determinantes, as dificuldades em ajuizar correctamente parecem ser maiores do que quando se trata de proferir juízos reflexivos estéticos, isto é, juízos de gosto.

Pior –mas, eventualmente, mais interessante: mesmo que o que se pretenda seja proferir um juízo de gosto e efectivamente se ajuíze reflexiva e esteticamente, parece ser impossível garantir que tal é feito: que está a ajuizar-se reflexiva e esteticamente, que está a proferir-se um juízo de gosto. Não é necessário, sendo assim, lembrar que, como nota Kant, no texto *Que Significa Orientar-se no Pensamento*, que «muitas vezes, quem é excessivamente rico de conhecimentos é muito menos esclarecido no uso dos mesmos» (Kant, 2004: 54-55). Não é necessário lembrar que muitos proferiram ou têm vindo a proferir juízos erróneos acerca de muitas coisas durante muito tempo; que os historiadores, as maiorias, os especialistas, todos, podem estar enganados; que objectos

citados nas ciências históricas mencionadas por Kant na §44 podem ter sido citados por engano e que pode ter sido por engano que objectos não citados por essas ciências não o foram. Não é necessário lembrar que *Fonte* foi e é por muitos e muitas vezes ajuizado de modos que não permitiam nem permitem descobrir tratar-se de mais do que de um urinol –«Mas a Vénus implacável olha não sei para quê de longínquo com os seus olhos de mármore», diz Baudelaire (1991: 24). Nada disso precisa de ser recordado. São as próprias características do juízo reflexivo estético que anulam à partida a possibilidade de se garantir o proferimento de um juízo tal. A perfeição do gosto parece ser um lugar que não podemos habitar. Mesmo que nos seja possível visitá-lo, jamais poderemos estar certos de que o fazemos. Eis, aparentemente, a nossa utopia estética. Mas porventura não somos nós quem faz das obras de arte algo especial?

Bibliografia

- Kant, Immanuel** (1943) [1764]. *O Belo e o Sublime*, Porto, Livraria Educação Nacional.
- ____ (1998) [1793]. *Crítica da Faculdade do Juízo*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- ____ (2001) [1787]. *Crítica da Razão Pura*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- ____ (2003) [1785]. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, Lisboa, Lisboa Editora.
- ____ (2004) [1784-1797]. *A Paz Perpétua e outros opúsculos*, Lisboa, Edições 70.
- ____ (2006) [1764]. *Investigação sobre a Clareza dos Princípios da Teologia Natural e da Moral*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.
- Baudelaire, Charles** (1991) [1857-1869]. *O Spleen de Paris. Pequenos Poe-*

mas em Prosa, Lisboa, Relógio d'Água.

Crawford, Donald W. (1974). *Kant's Aesthetic Theory*, Wisconsin, The University of Wisconsin Press.

Gil, Fernando (1998). *Modos da Evidência*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda.

Körner, Stephan (1984) [1955]. *Kant*, Harmondsworth, Penguin Books.

Molder, M. Filomena (2007). “O Juízo Estético em Kant como Educação Sentimental”, in L. Ribeiro dos Santos (org.), *Kant em Portugal: 1974-2004*, Lisboa, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, pp. 371-386.